

Repressão e moralização das publicações infanto-juvenis

Daily Luiz Wambier

Apesar da insistência, às vezes impertinente, que vimos imprimindo à nossa campanha, escrita e falada, contra a sub-literatura que se expõe à venda, franca e livremente, em toda parte, nada de concreto foi possível conseguir das nossas autoridades públicas.

A divulgação das revistas e jornais, desse teor, continua a ser feita por quem quiser, onde entender e como lhe aprouver. Não importa que os leitores se encontrem, na sua maioria, entre a nossa população infanto-juvenil, de ambos os sexos. O que se deseja, e se obtém, descarada e abertamente,

é o dinheiro que essa mal cheirosa literatura de esgôto proporciona aos criminosos que a exploram, sem que a lei o impeça. A essa nova mentalidade de "gangster" que apareceu de uns anos para cá, para desgraça do Brasil, não tem importância o mal que as aludidas publicações ocasionam à formação moral dos homens e mulheres de amanhã. Por isso, lançam mão de todos os expedientes, quaisquer que eles sejam, para que as suas revistas e os seus jornais tenham ampla divulgação, em todas as cidades brasileiras.

As aventuras, por assim dizer edificantes, de um Júlio Verne, um Emilio Salgari, um Karl May, etc. prefere-se as aviltantes historietas em quadinhos, as outras histórias de crimes, modeladas pelo banditismo frio e calculado, a fim de servir à fumaça de leituras de nossa infância e juventude. As novelas de Macedo, Alencar, etc. opta-se pela banalidade que caracteriza a maioria das revistas modernas, ditas de humorismo, mas cuja ilustração e texto indicam a sua condenável e asquerosa procedência.

Ninguém, em sã consciência, poderá encontrar qualquer elemento útil nessa literatura inqualificável e desclassificada. Tudo o que ela mostra ou ensina é impróprio e desaconselhável aos espíritos em formação. Ela contém a sugestão que avilta, o exemplo que degrada, a lição que desmoraliza, o alvitre que rebaixa e o reflexo que enodôa. Todavia, não se vê nem se sabe ou se conhece uma única medida do Governo no sentido de livrar as gerações futuras dos efeitos deletérios dessas leituras e gravuras. É profundamente lamentável que tenhamos de assistir, numa época em que outros povos tudo fazem para defender o caráter da sua gente contra as forças do mal que se abateram sobre o mundo, a espetáculos dessa natureza, deprimentes para toda a nacionalidade.

Alega-se que nada é possível fazer, a fim de reprimir ou moralizar essas publicações, porque o regime se opõe a qualquer providência que tenha por escopo o cerceamento da liberdade de pensar e escrever.

Os que assim fundamentam o seu ponto de vista, pelo que se infere, acham melhor, face a preceitos constitucionais ainda não regulamentados por lei, que o Brasil anime uma geração que se cria sob as influências malsãs da sub-literatura de que se trata a que ele possui, para a sua grandeza de amanhã, uma plêiade valerosa de brasileiros crescidos sob a égide da moral e dos bons costumes.

Prefere-se dissolver a nacionalidade, através do educacio-

que essas publicações representam, a mantê-la livre das suas péssimas influências, preservando-se a nossa juventude dos seus efeitos perniciosos, apenas porque num determinado artigo da Carta Magna se inscreveu, dentre os direitos do indivíduo, o de pensar e escrever livremente. Tal direito, obviamente, cessa desde o instante em que fica caracterizado o crime de lesa Pátria que se pratica à sombra do preceito constitucional.

Era preferível, sem dúvida, a prevalecer o argumento

apresentado, que se mudasse o regime, mas que se salvassem os homens e as mulheres de amanhã, isto é, o Brasil e as suas mais caras e puras tradições cristãs.

Não visamos a nenhuma revista ou jornal em particular, pois quase todas elas, de há muito, avançaram os limites impostos pela moral que devemos manter e defender, como um bem inestimável que não nos pertence, mas que é, inquestionavelmente, um patrimônio que nos foi legado e que devemos transmitir, intacto, às gerações futuras.